

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1325 - 09/11/2015 a 15/11/2015

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PRA

REGULAMENTAÇÃO, AFINAL!

Milho

Adeus, safrinha.
Bem-vinda, safrona

Sanidade

Por onde entram
os micro-organismos

www.sistemafaep.org.br



FALTAM

179

DIAS PARA O
TÉRMINO DO PRAZO

A edição desta semana do Boletim Informativo marca a publicação do decreto estadual que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental do Estado do Paraná, o PRA. A assinatura do diploma legal ocorreu na última quarta-feira. Como este Boletim é fechado na quinta, nós corremos contra o tempo para preparar para você um resumo do que é mais importante na nova legislação. Mas há muito a falar a respeito, e, por isso, voltaremos ao assunto na próxima semana. Pode contar com isso!

O leitor vai encontrar também uma análise sobre as tendências para a cultura do milho, que inclui uma constatação curiosa: o uso da expressão “safrinha” para denominar a colheita de inverno desse grão já não é mais tão preciso. A safra de verão vem encolhendo ano a ano, e, desta vez, terá a menor área dos últimos 30 anos. Já a safra de inverno mais do que compensou a perda – é uma verdadeira “safrona”, portanto.

Há também um importante alerta para os produtores paranaenses, que são responsáveis por impor medidas protetoras à sanidade de suas propriedades. Isso é especialmente importante para avicultores e suinocultores. Você nem imagina que tipo de micro-organismos um visitante pode levar para dentro dos seus galpões!

Boa leitura!

Índice

Meio Ambiente	03
Empreendedor	10
Logística	11
Sanidade	12
Girassol	16
Faixa de fronteira	18
Energia/Nota	20
Milho	22
Notas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1325:

Fernando Santos, Milton Dória, APPA, Divulgação e Arquivo FAEP

PRA resolver problemas

Decreto regulamenta Programa de Regularização Ambiental para o Estado



O governador Beto Richa assinou na quarta-feira passada (4/11) o Decreto nº 2711, que implanta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) do Estado do Paraná, regulamentando a Lei Estadual nº18.295/2014.

O governador elogiou a construção do decreto, cuja elaboração contou com a participação ativa das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura, Casa Civil e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), além da contribuição do setor produtivo, representado pela FAEP e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar). “O debate é salutar para dar equilíbrio às decisões e o diálogo sempre foi a marca do nosso governo. Essa é a única forma democrática para a construção de um documento que servirá de modelo para outros Estados”.

Um dos problemas mais sérios que o Decreto nº 2711 resolve diz respeito aos Termos de Compromisso (TC) que foram assinados com base nas exigências do antigo Código Florestal, revogado em 2012. Os produtores que tem TC averbados por exigência do Sistema de Manutenção, Declaração e Proteção da Reserva Ambiental (Sisleg) deverão solicitar a substituição do Termo, se necessário, direto ao IAP, se adequando ao novo Código Florestal.

Os TCs assinados obrigavam os proprietários rurais a implantar Reserva Legal (RL) correspondente a 20% da área da propriedade, além de reconstruir Áreas de Preservação Permanente (APPs) – matas ciliares e encostas. As dimensões de APP exigidas pelo antigo Código eram abusivas, chegando a 500 metros à beira de grandes rios.

Igualdade de condições para todos os produtores

O novo Código deu um tratamento mais equânime, com a criação da figura das propriedades consolidadas, áreas abertas e utilizadas antes de 22 de junho de 2008, cujas dimensões de APP são menores, com limite máximo de até 100 metros. A regra também prevê isenção de recomposição da RL para propriedades rurais de até quatro módulos fiscais (em média 72 hectares no Paraná). As propriedades acima de quatro módulos passam a ter o direito de somar as APPs para formar a reserva legal, com um total de 20% de toda a área.

O processo foi iniciado com a assinatura pelo governo do Estado do Decreto nº 8.680, de 6 de agosto de 2013, revogando o Sisleg e implantando o CAR no Paraná. “Trouxemos tranquilidade para o setor, uma segurança que foi tão desejada pelos produtores paranaenses”, afirmou o governador.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, concordou que um dos mais importantes artigos do decreto é o que regulamenta o artigo 5º da Lei estadual nº18.295/2014, criada para adequar o novo Código, que permite a revisão dos TCs.

O presidente do Sistema FAEP usou um exemplo extremo para ressaltar o tamanho do problema. Dois produtores vizinhos, com áreas equivalentes de 50 hectares cada um, localizadas à beira do Rio Paraná. Um deles assinou um TC tendo que recompor a sua mata ciliar em 500 metros a partir da beira do rio. O outro não assinou e terá que recompor sua mata em apenas 15 metros, em razão de sua propriedade ter sido aberta e estar sendo utilizada antes de 2008, sendo considerada, portanto, como área consolidada. “Com este ato, o governador Beto Richa faz justiça aos produtores. Cerca de 120 mil, dos 540 mil produtores paranaenses que assinaram o Termo de Compromisso. Se as exigências do TC fossem mantidas teríamos 120 mil produtores penalizados injustamente.”

Registro nos cartórios

Outro artigo importante é que o decreto regulamentou também os procedimentos nos cartórios de registros de imóveis. De um modo geral, basta apresentar o CAR ativo ao cartório, onde ficará arquivado. Quem assinou o TC terá que pedir a revisão no IAP e apresentar no cartório de registro o protocolo da revisão. (Veja análise do decreto, com recomendações práticas para o produtor, na página 6.)

Meneguette também agradeceu ao presidente da Assembleia, Legislativa, Ademar Traiano, presente ao evento, pela lei nº18295/2014 que instituiu o Código Florestal do Paraná e permitiu chegar até o PRA.

O secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Ricardo Soavinski, também destacou o empenho das entidades e do governo para chegar a um consenso e um decreto que permita a recomposição do passivo ambiental ao mesmo tempo que valorize quem preserva.

O decreto, segundo o secretário, prevê ainda um programa de reposição de floresta nativa no Paraná, que criará um grupo de trabalho para sua elaboração, que deverá ser concluída em 60 dias. Ele lembrou ainda, que faltam apenas 180 dias para encerramento do prazo para o preenchimento do CAR e pediu que as entidades presentes incentivassem os produtores para regularizarem sua situação.





Segurança para os negócios

O secretário da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, considerou a regulamentação um avanço que dará segurança do que se espera em relação as obrigações ambientais. “É nossa obrigação fazer a regularização. Esse é um decreto executável e plausível. Isso demonstra uma consciência moderna e atual. Temos visto um novo cenário pelo interior do Paraná com visão diferente da importância da terra, o que é resultado também da cobrança de programas de boas práticas agrícolas.”

O presidente do Sistema FAEP concordou com o secretário ao afirmar que ainda temos muito a fazer. É o caso da importância da conscientização da necessidade de conservação e planejamento do uso dos solos, que tem sido enfatizado pelo programa Plante Seu Futuro. “Esse é um passo importante que estimula todos a caminharem na mesma direção”, afirmou.

A FAEP e as várias fases da Legislação Ambiental

O decreto que regulamentou o PRA é mais uma etapa em que a FAEP participou ativamente até o último instante, em defesa de uma legislação coerente, que propusesse uma solução democrática e plausível para que os produtores se adequem, mantendo uma

situação legal em relação as exigências ambientais.

Num rápido retrospecto, a assinatura desse decreto é a continuidade de um processo que teve início há 13 anos. Desde então, técnicos, diretoria da FAEP e os sindicatos rurais têm atuado fortemente em alertas, mobilizações, ações no Congresso Nacional e publicações sobre as questões do Código Florestal.

Tais preocupações levaram a uma série de ações, como mobilizações de produtores em manifestações no interior do Estado, em Curitiba e em Brasília. Após anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado o novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, contemplando grande parte das demandas do setor produtivo.

A FAEP, em parceria com a UFPR, fez um estudo mostrando que os produtores com áreas menores de quatro módulos fiscais teriam perdas irreparáveis tornando muitas vezes a propriedade inviável. O documento foi apresentado em Brasília ao Congresso, distribuído para deputados estaduais e federais, senadores, especialistas em meio ambiente, entidades e instituições relacionadas ao assunto.

Essa publicação demonstrou a importância de o produtor poder continuar produzindo numa área em que vinha atuando há anos. Essa demanda foi contemplada no novo Código Florestal, com as áreas consolidadas. Ou seja, produtores que produziam antes de 22 de julho de 2008 podem continuar produzindo com dimensões de áreas de preservação ambiental menores, viabilizando sua permanência no campo. A nova etapa foi a revogação do Sisleg e APP.



Cartilhas e esclarecimentos

Vieram publicações especiais, esclarecimentos e orientação aos nossos sindicatos rurais, produtores e autoridades envolvidas na discussão que se iniciou após a aprovação do Código.

Em 2014 foram implantados dois instrumentos de regulamentação: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o PRA, a base legal para as intervenções no meio ambiente.

A FAEP produziu uma cartilha explicando o Novo Código Florestal com orientações para se adequar à legislação. Em parceria com o IAP, a FAEP produziu uma outra cartilha, dessa vez de orientação, sobre o preenchimento do CAR. Foram 100 mil exemplares distribuídos aos sindicatos rurais, proprietários rurais e representantes dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente.

Mais uma vez, técnicos da FAEP se debruçaram atentamente sobre a legislação e o funcionamento do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Outra frente de trabalho da Federação foi a realização de diversos treinamentos e oficinas com os sindicatos rurais levantando as principais dificuldades no uso da ferramenta.

Essas ações resultaram em uma série de contribuições para a melhoria do sistema e muitas delas foram acatadas pela ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que, inclusive citou publicamente a participação da FAEP para o aprimoramento das versões.

Capacitação. E mais pressão

Um dos grandes entraves para a implantação do cadastro foi a falta de profissionais capacitados para o seu preenchimento. Diante disso, o Sistema FAEP/SENAR-PR foi pioneiro na estruturação de uma capacitação de três dias com teoria e prática para multiplicar o número de facilitadores no auxílio ao produtor rural para o preenchimento do CAR.

Desde então, mais de 3 mil profissionais foram capacitados no preenchimento do CAR para que a legislação pudesse ser atendida dentro do prazo final de 6 de maio deste ano. Fato que foi ressaltado pelo secretário Soavinski, do Meio Ambiente, durante a assinatura do decreto: “A FAEP é uma grande parceira nas capacitações e divulgação do CAR”.

Mesmo com a soma de esforços, o cadastramento de todos os imóveis mostrou-se inviável dentro do prazo determinado pela legislação. A FAEP, então, encaminhou ofício ao ministério do Meio Ambiente solicitando a prorrogação do prazo. A prorrogação do prazo em mais de um ano, até 6 de maio de 2016, conforme permitia a lei, foi concedida.

Após esta data limite o produtor rural perderá benefícios, tendo inclusive sanções como o impedimento em conseguir financiamento em banco.

Um be-a-bá

Saiba na prática como o decreto afeta o produtor

Carla Beck | Departamento Técnico Econômico - DTE/FAEP



O Decreto nº 2711 vem para regulamentar a Lei Estadual 18.295/2014 e esclarece formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no Estado do Paraná. Veja algumas das novidades:

Para ter acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA):
O produtor terá que seguir os seguintes passos:

1) Inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Condição essencial para a adesão ao PRA a inscrição da posse ou propriedade no Cadastro Ambiental Rural.

2) Assinar Termo de Compromisso. Esse é o mecanismo de adesão ao PRA – um título executivo que descreve as medidas a serem tomadas pelo produtor para a adequação do imóvel rural às exigências do novo Código Florestal, prevendo sanções em caso de descumprimento;

3) Se necessário, elaborar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (PRAD), que deverá descrever as ações, procedimentos e prazos a serem adotados pelo produtor para a adequação do imóvel. No caso das propriedades menores ou iguais a 4(quatro) módulos fiscais, esse procedimento terá modo simplificado.

Cadastro Ambiental Rural

O CAR é instrumento de política ambiental, não tendo qualquer caráter fundiário, seja para regularização ou para aquisição de direitos reais. O registro no CAR é condição obrigatória para usufruir dos benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Em relação à dimensão da área, deverá constar no CAR a situação real, independentemente de existir qualquer informação diversa em matrícula, termo de compromisso, plano de manejo ou afins. O registro da reserva legal no CAR desobriga a averbação em cartório.

CAR pendente

Em caso de CAR pendente,

1) O órgão ambiental terá o prazo de 30 (trinta) dias para expedir a notificação ao interessado sobre o motivo da pendência, solicitando documentação ou esclarecimento complementar.

2) O interessado terá prazo de 180 dias para apresentar a documentação ou os esclarecimentos necessários.

3) Após a apresentação dos documentos ou esclarecimentos pelo interessado, o órgão ambiental terá 90 dias para análise e deliberação.

No caso de irregularidades na declaração do CAR

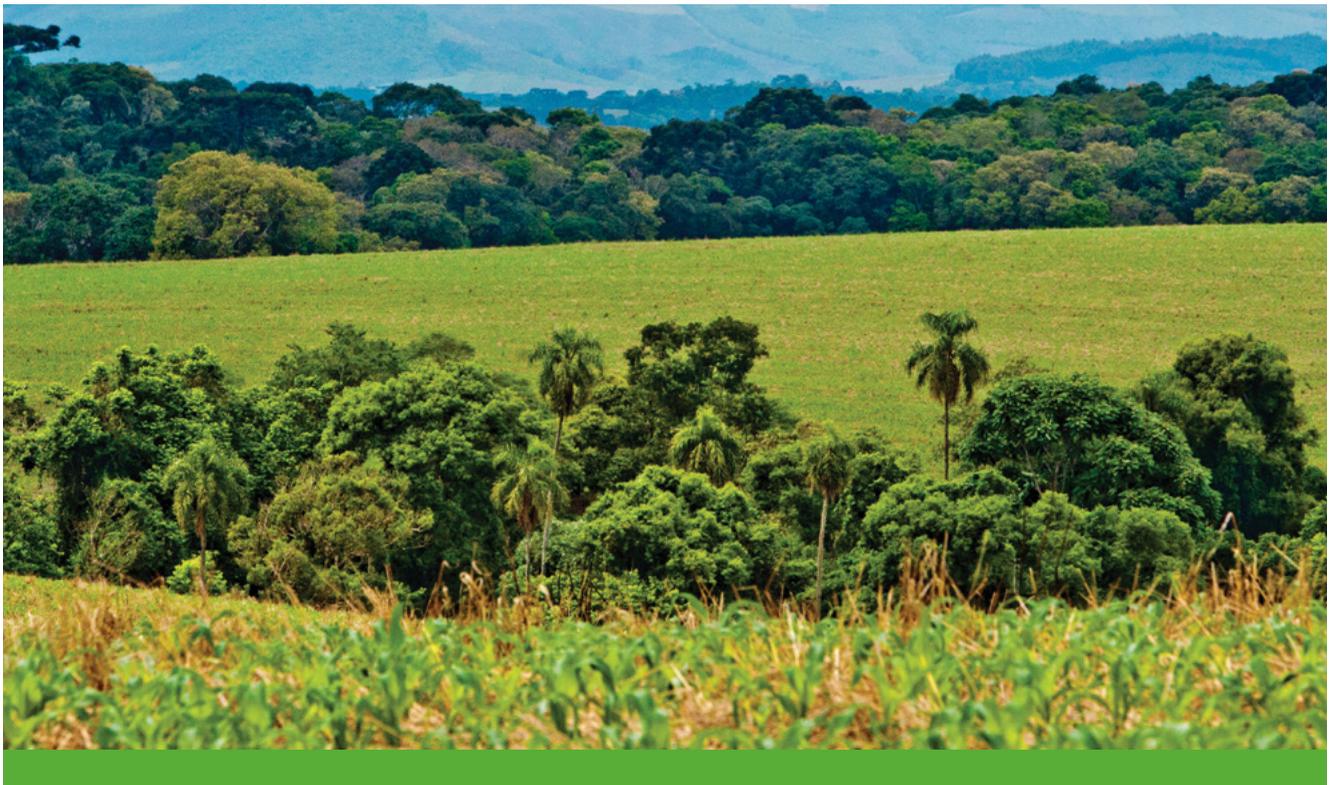
Qualquer irregularidade nas declarações constatadas pela análise realizada pelo órgão ambiental importará em advertência ao proprietário ou possuidor e será concedido prazo de 20 (vinte) dias para retificação ou defesa.

Revisão dos termos de compromissos assinados no SISLEG

Aquele produtor que assinou Termo de Compromisso de acordo com antigo Código Florestal ou SISLEG e cumpriu em parte, não cumpriu ou quer revê-lo, deverá solicitar a revisão ao órgão ambiental. Importante: caso o produtor não solicite a revisão, terá que cumprir o que já estava estabelecido no termo assinado.

A revisão de Termos de Compromisso para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às APPs de Reserva Legal e de Uso Restrito, firmados sob a vigência do antigo Código deverá ser requerida diretamente ao órgão ambiental durante a vigência do prazo de adesão ao PRA. É essencial que o produtor guarde o protocolo de entrega dessa solicitação.

Caso o Termo de Compromisso tenha sido homologado judicialmente, será obrigatória a apresentação do novo Termo



ao processo correspondente, exceto áreas menores de quatro módulos fiscais, que deverão apresentar judicialmente somente o protocolo de requerimento.

Para áreas rurais de até quatro módulos fiscais que não necessitem de qualquer regularização, a apresentação do CAR ativo será suficiente para o cancelamento da averbação do Termo. Se o produtor não tiver a cópia do Termo assinado, a simples apresentação das informações constantes na matrícula será suficiente.

Nos imóveis com Termos de Compromisso que já tenham sido cumpridos, é possível ceder o excedente de área vegetação nativa para compensação em outras propriedades. Exemplo: se a soma da área de APP mais a vegetação nativa ultrapassar os 20%, o que sobrar pode ser cedido para outra propriedade.

Nesta revisão dos Termos, as propriedades rurais do Estado do Paraná poderão propor a relocação de Reserva Legal. Essa relocação deverá ser aprovada pelo órgão ambiental durante o processo de análise sendo essa aprovação condicionante para eventual alteração ou cancelamento da averbação da Reserva Legal na matrícula.

Condições de relocação de área reserva legal

São condições para a relocação de área de Reserva Legal:

I – A Reserva Legal averbada deve estar em áreas declaradas de utilidade pública ou interesse social;

II – A Reserva Legal deve ter sido averbada sem cobertura de vegetação nativa, sendo vedado novos desmatamentos.

Regularização de reserva legal

A compensação de área de Reserva Legal poderá ser realizada no ato de inscrição no CAR ou posteriormente, a critério do interessado.

Os imóveis que já realizaram a compensação de Reserva Legal, em momento anterior a edição da Lei Federal 12.651/12, com situação averbada na matrícula do imóvel e correspondente com a realidade física do imóvel, deverão informar no seu registro no CAR o número do CAR da propriedade onde a Reserva Legal está localizada.

O decreto prevê ainda formas de regularização da Reserva Legal em unidades de conservação em regime de servidão ambiental, que serão descritas no próximo Boletim Informativo.

Procedimento no registro de imóveis

O decreto regulamentou os procedimentos de registro de imóveis, que serão detalhados no próximo boletim. Adiantamos os dois itens mais importantes:

Os termos de compromisso que tenham sido firmados conforme exigências do antigo Código e não cumpridos deverão ser adequados ao novo Código Florestal e, caso averbados na matrícula do imóvel, ter a averbação substituída pela apresentação do protocolo de revisão do termo.

O ato de registro das Escrituras Públicas pelo Cartório de Registro de Imóveis não implicará em sua responsabilidade pela veracidade das informações apresentadas no CAR, cuja responsabilidade é exclusiva do proprietário ou possuidor declarante.



Começa a avaliação dos projetos

Participaram do PER 920 produtores rurais, divididos em 48 turmas



No dia 4 de dezembro, o Sistema FAEP/SENAR-PR reúne 4,5 mil produtores rurais e líderes rurais no Expotrade Pinhais para o evento de premiação e encerramento do Programa Empreendedor Rural (PER) 2015. Além da premiação os participantes assistirão a uma palestra com o engenheiro-agrônomo Xico Graziano, consultor em organização e marketing de agronegócios, ex-presidente do Incra e chefe de gabinete da Presidência na gestão de Fernando Henrique Cardoso. O tema será “Como está o país e para onde ele vai”. Simultaneamente, acontecerá ainda a final da Olimpíada Rural nas modalidades Matemática e Português.

Até o fechamento desta edição haviam sido recebidos 69 projetos para análise da banca examinadora. Os projetos são lidos e avaliados por dez técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR, e das instituições parceiras, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (Fetaep), Sebrae-PR, professores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

De acordo com os técnicos, foram encaminhados projetos

nas áreas de produção de leite; avicultura; pecuária de corte; grãos; suinocultura; hortifruticultura orgânica, piscicultura e outras, que demonstram o perfil diversificado da agropecuária paranaense.

“De uma maneira geral, os projetos apresentam duas linhas de trabalho: ou uma nova atividade ou a melhoria da atividade existente. Todos buscam mais qualidade, eficiência e, conseqüentemente, melhoria da renda e condição de vida dos produtores e suas famílias”, avalia o agrônomo José Roberto Canziani, que é doutor em Economia Rural e professor da Universidade Federal do Paraná.

Canziani é um dos profissionais que participaram da concepção do Empreendedor Rural, em 2003, e desde então

tem participado da avaliação dos trabalhos. Ele observa que nos primeiros anos os projetos enviados para o concurso eram, predominantemente, elaborados pelo produtor rural.

“Atualmente registramos que a família participa ativamente do planejamento da propriedade e muitos dos alunos do Empreendedor são esposas, filhos, noras e genros. Todos querem uma coisa só: novas alternativas de produção e mais renda para garantir a sucessão familiar na propriedade. Todo esse processo passa pelo diagnóstico da propriedade que é o ponto inicial do planejamento”, afirma.

O professor comenta também que os projetos trazem um novo posicionamento do produtor rural em relação a dois pontos: a gestão da propriedade, no sentido de que ela seja mais sustentável no aspecto econômico, e a importância de agregar tecnologia para se aperfeiçoar os processos de produção. “Nós já temos alguma excelência em alguns setores, como a produção de soja e frango de corte, mas temos muito a crescer em outras áreas, como a pecuária de corte e leite e a produção de milho”, diz.

Dragagem garantida

Profundidade do canal de acesso ao porto de Paranaguá vai aumentar em um metro



O governo do Paraná e a União assinaram na terça-feira passada (03/11) contrato para dragagem de aprofundamento dos canais de acesso ao Porto de Paranaguá, com investimentos no valor de R\$ 394 milhões. Participaram da cerimônia o governador Beto Richa e o ministro Helder Barbalho, da Secretaria de Portos da Presidência da República. O prazo para execução é de 11 meses e as obras estarão a cargo da empresa DTA Engenharia. O porto paranaense é uma das maiores plataformas de exportação de grãos do mundo, e movimentou 7,5 milhões de toneladas de soja em grão no ano passado.

Com a nova dragagem, o canal de acesso ao Porto de Paranaguá, conhecido como Canal da Galheta, passará a ter 16 metros de profundidade. Hoje, o canal possui 15 metros. A bacia de evolução do canal (área usada pelos navios para manobra e atracação) ganhará mais dois metros de profundidade, passando de 12 para 14 metros. As áreas intermediárias, localizadas entre o Canal da Galheta e a bacia de evolução, passarão a ter 15 metros de profundidade. Já os berços de atracação passarão de 12,3 metros de calado para 13,8 metros de calado.

A obra será o primeiro investimento do governo federal no Porto de Paranaguá nos últimos 26 anos. De acordo com o governador,

com 1,5 metro a mais de calado obtido com a dragagem de aprofundamento, apenas no Terminal de Contêineres, será possível carregar 1.050 unidades de container a mais por navio.

Barbalho ressaltou que este é o maior investimento do Brasil em dragagem no momento. “Estamos unindo esforços para tornar o porto ainda mais importante e participativo na economia nacional. Paranaguá tem papel estratégico para a logística da região Sul e do país”, enfatizou. O ministro anunciou que estão previstas outras ações para o primeiro semestre de 2016. Entre elas, as concessões de arrendamentos do Bloco 2 do Programa de Investimento em Logística (PIL) nos portos, com previsão total de investimentos de R\$ 7,2 bilhões. Nesta fase, estão previstas seis novas áreas que serão arrendadas em Paranaguá. Estes novos terminais darão mais agilidade na movimentação de graneis, celulose e fertilizantes, entre outras cargas.

A DTA Engenharia foi vencedora da licitação feita pela Secretaria de Portos para dragagem de aprofundamento. A empresa será responsável pelas elaborações dos projetos básico e executivo de dragagem, sinalização, balizamento e execução das obras de dragagem de aprofundamento no Porto de Paranaguá. Ao todo serão dragados 14, 2 milhões de metros cúbicos de areia.

Grandes problemas, causas microscópicas

Papel do produtor é essencial para manter as doenças longe da granja

Por Katia Santos

A sanidade animal é uma das grandes batalhas do Sistema FAEP/SENAR-PR. Organismos microscópicos já causaram grandes problemas para os produtores paranaenses, desde a imposição de barreiras à importação por outros países – algumas delas ainda em vigor – até o sacrifício de rebanhos inteiros.

Impor barreiras para o surgimento e para a proliferação de doenças é tarefa do Estado, mas a sanidade é responsabilidade de todos. Para controlar o poder maléfico dos micro-organismos na produção industrial de alimentos é preciso usar todos os recursos disponíveis, e o processo começa nas granjas, com a sanidade dos galpões.

E o problema não precisa, necessariamente, ter início com os animais. Os seres humanos são uma das mais importantes portas de entrada para micro-organismos. O médico-veterinário Amauri Alfieri, que é doutor em Biologia Celular e Molecular e leciona disciplinas na área de doenças infecciosas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), cita o enorme potencial de transmissão de doenças que uma pessoa pode ter quando circula pelos galpões das granjas (veja na ilustração). “Os micro-organismos podem se alojar no cabelo, barba, narinas, roupas, sapatos sem falar, é claro, nas mãos que podem transmitir inúmeras doenças a um simples toque em equipamentos ou objetos”, observa. É por isso, por exemplo, que os formulários de imigração em diversos países incluem perguntas sobre se o viajante esteve em fazendas ou pastos ou ainda se teve algum contato com gado.

Alfieri – um pesquisador de ponta, o primeiro das Américas a isolar o Seneca Valley Virus A., causador de uma doença vesicular suína com alto índice de mortalidade em neonatos – é bem rígido em suas recomendações aos produtores rurais: “Granja não é lugar de visita, é lugar de produção. Um viajante que quer fazer visitas deve ir a museus e exposições. A granja tem que ser preservada e o produtor tem a obrigação impedir o acesso de pessoas estranhas ao local”.





O vírus vai de caminhão

Os cuidados devem ser estendidos para todo tipo de estruturas que têm contato com o plantel, que pode transportar os agentes causadores de doenças. Um exemplo dessa contaminação indireta é o vírus da Diarreia Epidêmica Suína (PED), que causou a morte de mais de 9 milhões de suínos nos Estados Unidos desde 2013, e, conseqüentemente, provocou um enorme prejuízo financeiro à cadeia produtiva e ao país. A PED é tida como uma doença infecciosa “emergente”, por ser de descoberta recente. Os primeiros casos detectados foram na Alemanha, em 1971.

A partir dos primeiros casos de PED nos EUA, em junho de 2013, os americanos iniciaram uma série de estudos para determinar de que forma o vírus entrou no país e como se disseminou. Nesse processo, descobriu-se que o vilão era o sistema de transporte. A cada dia, cerca de um milhão de suínos circulam em caminhões nos EUA. Estão incluídos nesse cálculo os leitões que vão para sítios de criação distintos, ou os suínos que vão para o abate. Os pesquisadores americanos também determinaram, segundo conta o pesquisador da UEL, que esse vírus, em condições de clima frio e seco, consegue se disseminar pelo ar a uma distância de três quilômetros.

No Brasil, alerta Alfieri, não há protocolos sobre a higienização dos caminhões que transportam tanto animais como rações. “Essas medidas com certeza vão acarretar mais custos, mas temos que aprender com as falhas dos nossos vizinhos e reduzir a vulnerabilidade nessa área que no momento é bem grande”, observa.

“Uma propriedade próxima a uma rodovia onde trafegam caminhões que transportam aves e outros animais fica

em uma condição mais vulnerável do que outro ,galpão instalado em uma área mais isolada”, explica a médica-veterinária e coordenadora do Programa Estadual de Sanidade Avícola da Adapar, Odete Völz Medeiros. Segundo ela, existem diversas medidas de biossegurança que minimizam os riscos de transmissão e contaminação com micro-organismos patogênicos e contribuem com a sanidade de um aviário como desinfetar todos os materiais que entram nas granjas, manter a limpeza, implantar medidas de controle de pragas e controlar a entrada de pessoas e veículos, por exemplo.

Boas práticas, bons resultados

O professor de Microbiologia Luiz Felipe Caron, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), também ressalta o importante papel dos agentes envolvidos na produção de proteína animal. “Nosso papel é garantir a sanidade do rebanho evitando a infecção e disseminação de micro-organismos que tragam prejuízos graves para a saúde animal e nos processos de produção de alimentos”, afirma.

Na produção de proteína animal em grande escala, a qualidade deve ser a palavra-chave, defende Caron. Segundo ele, a rotina produtiva sempre deve estar pautada nas boas práticas em três segmentos:

- 1) Nutrição** – disponibilizando alimentos de qualidade para a nutrição dos animais que estão em processo de criação;
- 2) Ambiente** – garantir condições para que esses animais possam se desenvolver em um ambiente onde todas as regras fisiológicas estejam atendidas, na medida do possível;
- 3) Manejo** – garantir que a mão de obra dos funcionários envolvidos nos processos seja qualificada. Para isso é necessário oferecer treinamento, a fim de que o produto final atenda aos princípios básicos da segurança alimentar.



Amauri Alfieri doutor em biologia celular e molecular, e professor da UEL

Barrados pela portaria

Existem casos que merecem atenção especial, ou seja, quando o novo aviário a ser construído ou ampliado estiver a uma distância inferior a três quilômetros de um estabelecimento avícola de reprodução (matrizeiro, avoseiro ou incubatório). Para esses casos, a Adapar, seguindo recomendação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), publicou em 22 de abril deste ano a portaria nº 76. A regra prevê a realização de uma análise de risco sanitário, que determinará se a construção ou ampliação pode ser realizada. O primeiro passo é uma visita à propriedade e o georreferenciamento do ponto onde se pretende construir, a fim de medir a distância entre as explorações avícolas existentes.

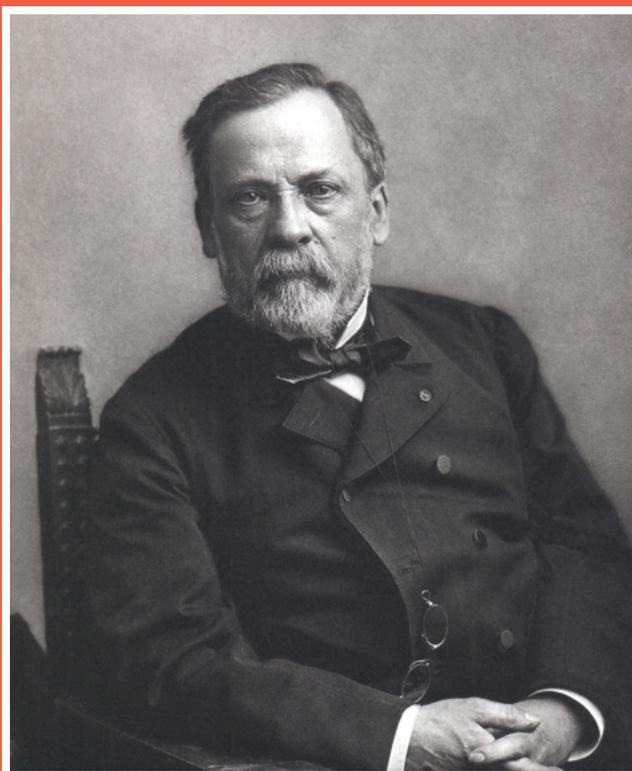
Nessa análise de risco são avaliados vários itens que irão garantir a biossegurança da exploração, como a presença de barreiras naturais e relevo, além das boas práticas na propriedade, como banho e troca de roupas, as quais podem ser determinantes para a aprovação. Mesmo com esses atenuantes e exigências específicas a cada caso, a distância mínima entre uma propriedade de reprodução até uma de produção deve ser de, no mínimo, um quilômetro.

Apresentando o homem-bactéria

Há 238 anos o cientista francês Louis Pasteur (foto) apresentou a sua “Teoria dos Germes”, a partir daí, iniciou-se a chamada Era Bacteriológica. Considerado um dos fundadores da microbiologia suas pesquisas causaram grande impacto na medicina humana com a descoberta das causas e prevenções de doenças e da primeira vacina contra a raiva. A partir de 1877, quando o pesquisador teve uma paralisia no lado esquerdo do corpo, passou a se dedicar exclusivamente ao estudo de doenças infecciosas dos animais.

Assim como nos organismos, também no ambiente existem milhares de micro-organismos que são importantes, tanto para manter a saúde do homem e dos animais, quanto para a produção de alimentos como: queijos, pães, vinho e cerveja. Mas, esses seres minúsculos também tem um enorme potencial devastador. Estamos falando de uma forma de vida que só pode ser vista com o auxílio de um microscópio e que pode ser encontrada no ar, no solo, e, inclusive, no homem. Na classificação micro-organismos estão incluídos: vírus, bactérias, parasitas e fungos como bolores e leveduras.

“Estima-se que temos 100 trilhões de bactérias em nosso corpo, 10 vezes mais bactérias que células humanas. Por isso falamos que somos 90% bactéria e 10% humanos”, explica Amauri Alfieri.



Quantos são?

CONHEÇA OS TIPOS DE GALPÕES DE AVIÁRIOS E QUANTOS EXISTEM NO PARANÁ



Postura comercial – ovos comerciais 2.578 aviários com capacidade de alojamento 700 mil aves no total.



Reprodução – 15 avoseiros (perus/galinhas), que dão origem às matrizes, com 320 mil aves alojadas. E 888 matrizeiros, sendo 18 de perus, com 214 mil aves alojadas, e 870 matrizeiros de galinhas, com 28.850.000 aves alojadas.



Produção – 716 aviários de produção de peru, com capacidade de alojamento de 9.454.000 aves e 19.232 aviários de frango de corte, com capacidade de 407.893.000 aves.

**Dados de agosto 2015 - Adapar*



Olho nelas!

São doenças de controle do Programa Nacional de Sanidade Avícola:

Doença de Newcastle – Segundo o MAPA, o último foco de DNC que ocorreu no Brasil foi em 2006. É uma doença emergencial. Isso quer dizer que a sua ocorrência, desencadeia um procedimento de resposta rápida.

Influenza Aviária (foto) – A Influenza Aviária de alta patogenicidade nunca ocorreu no Brasil. O vírus se mantém congelado e viável por longo período de tempo e é pouco resistente a desinfetantes e a dessecação pelo calor. O vírus se mantém também em aves silvestres e, assim como a DNC, é uma doença emergencial.

Salmonelas – Existem mais de 2.500 sorotipos da espécie entérica e a contaminação acontece tanto de humanos para animais quanto vice-versa.

Micoplasmas – São micro-organismos muito pequenos, resistentes a muitos antibióticos, que causam doenças e perdas econômicas nas aves.

A flor do campo

Girassol é uma alternativa na diversificação e rotação de culturas

Por Hemely Cardoso



O plantio de girassol não é algo muito comum no Paraná, mas pode ser uma opção de diversificação nos sistemas de rotação e sucessão de culturas nas regiões produtoras. O assunto foi levantando por produtores, técnicos e pesquisadores durante o IX Simpósio Nacional sobre a cultura do girassol, realizado pela Embrapa Soja, em Londrina, nos dias 28 e 29 de outubro.

Segundo a engenheira-agrônoma Regina Leite, pesquisadora da Embrapa Soja, a cultura pode ser uma boa alternativa porque há um mercado crescente na indústria de processamento de óleos. De acordo com ela, no Paraná, que atualmente produz pouco girassol, o cultivo foi dificultado pelo constante ataque de pássaros. “Já ocorreram várias tentativas de plantio, mas o ataque, principalmente da pomba rolinha, desestimulou os produtores”, explicou.

Diferentemente de outras regiões produtoras como o Mato Grosso e Minas Gerais, por exemplo, onde o cultivo de girassol ocorre em grandes áreas, por aqui ele é feito em pequenas propriedades. “Como a população de pássaros é muito grande, muitas vezes, a cultura acaba se tornando inviável”, observou Regina. Na safra 2012, de acordo com último levantamento feito pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), a área destinada ao girassol somou 40 hectares. A produção atingiu 40 toneladas e se concentrou em Irati, Cambira e Novo Itacolomi.

Na avaliação de Regina, embora esse volume seja pequeno, o girassol é uma opção nos sistemas de rotação durante a safrinha de soja e milho. Segundo ela, a planta reduz as pragas e doenças



Regina Leite: "O ataque, principalmente da pomba rolinha, desestimulou os produtores"

na oleaginosa e provoca uma reciclagem de nutrientes do solo. "O girassol representa uma boa oportunidade para o produtor porque é uma cultura que tem diversas finalidades, pode ser produzida para

óleo comestível, biocombustível e destinada à alimentação animal", acrescentou.

Além dessas características, a oleaginosa apresenta maior tolerância à seca e pode ser cultivada em todas as regiões do Estado. De acordo com a pesquisadora, o plantio recomendado deve ser realizado no período de agosto até outubro. O ciclo da planta é de 90 dias, dependendo da variedade. O espaçamento de plantio recomendado é o mesmo utilizado no cultivo de grãos.

Outra vantagem da cultura, segundo a pesquisadora, é que o mesmo equipamento utilizado na semeadura da soja, por exemplo, também pode ser usado no plantio de girassol. "A ideia é que ele seja agregado ao sistema de produção utilizando o mesmo maquinário

e eventualmente teria que fazer adaptações nele durante a colheita", comentou. O manejo segue os protocolos de qualquer cultura em relação às plantas daninhas, o monitoramento de pragas e doenças.

Origem



Originário da América do Norte, o girassol chegou ao Brasil no século XIX, introduzido pelos colonos europeus. Hoje, a maior parte da produção se concentra nos Estados de Mato Grosso e Minas

Gerais. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que, no ano passado, a área destinada à cultura somou 100 mil hectares, com uma produção de 150 mil toneladas.

O Centro-Oeste tem sido peça fundamental para o salto da produção de girassol por aqui. Em Mato Grosso, o principal produtor do grão, a colheita do ano passado rendeu 219 mil toneladas, 150% a mais que na colheita anterior, o equivalente a 80% da safra nacional. A área plantada mais que dobrou, passando para os atuais 126 mil hectares. No Sudeste, que é o segundo polo produtor, Minas Gerais registrou o aumento mais significativo da região, passando de 13 mil toneladas para as atuais 17 mil toneladas.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima que a produção mundial de girassol 2014/2015 será 39,84 milhões de toneladas. No ano passado, esse volume foi maior, com 42,8 milhões de toneladas. A maior produção mundial se concentra na Ucrânia, que produziu 10 milhões de toneladas da oleaginosa. A nossa vizinha, a Argentina, está entre os maiores produtores, com 2,5 milhões de toneladas.

A fronteira agora é legal

Com a nova legislação, as áreas com até 15 módulos fiscais (que no Paraná representam 95% dos imóveis rurais) serão regularizadas imediatamente



Trinta mil produtores terão como regularizar, por meio da ratificação de seus documentos de propriedade, sua situação em relação a seus imóveis rurais localizados na faixa de fronteira. Imóveis compreendidos em área m'áxima de até 150 quilômetros na divisa, com as classificações estabelecidas no art. 3º. A regularização tornou-se possível com a publicação, no último dia 22 de outubro, no Diário Oficial da União da Lei nº 13.178.

Desde 1999, a FAEP vem trabalhando sistematicamente pela regularização dessas áreas. “Há anos buscamos por uma solução que dê segurança jurídica para que esses produtores possam continuar trabalhando com tranquilidade”, afirmou o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette.

Segundo o consultor e engenheiro-agrônomo José Guilherme

Lobo Cavagnari, “há milhares de processos com vistas a ratificação paralisados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) devido à falta de competência deste órgão e de sua falta de sensibilidade com o produtor rural. O Incra só criou entraves mediante o uso de instruções normativas, além de não ter uma estrutura para regularizar a ratificação dessas áreas”, afirma.

A lei, de acordo com Cavagnari, estabelece critérios de regularização a partir do tamanho das propriedades: até 15 módulos fiscais; de 15 módulos fiscais a 2,5 mil hectares e propriedades com mais de 2,5 mil hectares. As menores, de até 15 módulos, serão ratificadas automaticamente. “Para esse grupo ficam ratificados pelos efeitos desta lei os imóveis rurais devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data

de publicação da nova legislação. Estima-se que esse artigo beneficie cerca de 95% das propriedades localizadas em faixas de fronteiras”, informa o consultor.

Para a ratificação dos imóveis entre 15 módulos fiscais e 2,5 mil hectares a Lei dispõe que os proprietários deverão apresentar somente a certificação do georreferenciamento e a comprovação da atualização dos dados perante o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Esse documento é obtido junto ao Incra.

“Esses produtores terão prazo de quatro anos para requerer

a certificação e a atualização junto ao Incra. Caso não tenha sido apresentado o requerimento no tempo estabelecido, o Incra fica autorizado a requerer o registro do imóvel em nome da União junto ao Cartório do Registro de Imóveis”, alerta o consultor.

Para os imóveis rurais com área superior a 2,5 mil hectares, o processo é mais complicado. “Esses imóveis terão a ratificação condicionada à aprovação do Congresso Nacional, de acordo com a regulamentação, que deverá ser publicada na primeira quinzena de dezembro”, afirma Cavagnari.

A participação dos paranaenses

A Lei nº 13.178, que prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira foi originária do Projeto de Lei nº 2.472/2003. O texto aprovado na íntegra teve relatoria do deputado federal Sérgio Souza.

“A nova lei traz mais segurança ao agricultor a partir de agora os proprietários vão produzir com mais tranquilidade, sabendo que aquele pedaço de chão é seu”, disse Souza.

O deputado federal paranaense Osmar Serraglio, também atuou na aprovação da nova lei para ratificar as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixas de fronteira. “A nova legislação beneficiou diretamente proprietários de imóveis rurais em Foz do Iguaçu e em toda a Costa Oeste Paranaense. A agricultura é extremamente relevante para a economia do Estado e defender esta legislação é garantir ao produtor rural segurança jurídica o que é essencial”, afirmou.

Há 588 municípios na faixa fronteira, com 10 milhões de habitantes distribuídos em 11 Estados. No Paraná, 139 municípios compõem a faixa de fronteira, com mais de 2,3 milhões de habitantes. Eles representam 22,7% da população do Estado, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme o censo agropecuário, os municípios da faixa de fronteira do Estado representavam quase 40% do total das propriedades rurais. Hoje, o Paraná possui de 20 a 25 mil pedidos de ratificação de áreas protocolados no Incra.



Entenda como o problema surgiu

A União é quem tem jurisdição sobre a faixa de fronteira no país, formada por terras a até 150 quilômetros da divisa. No início do século passado, o governo deu concessões a empresas colonizadoras e a proprietários individuais. Mas esses títulos são nulos de pleno direito, de acordo com o especialista José Guilherme Lobo Cavagnari. Ou seja, o Estado, não tinha competência jurídica para emitir esses títulos.

Em 1975, um Decreto-Lei assinado pelo presidente Ernesto Geisel (foto) pretendeu fazer a ratificação e reconhecer o domínio da área aos produtores. Mas o resultado esperado não foi alcançado. No final de 1999 uma nova lei foi publicada, dando prazo de quatro anos para que os produtores fizessem o requerimento solicitando a ratificação. Essa lei foi prorrogada três vezes e os produtores rurais solicitaram a ratificação junto ao Incra. Mas, segundo Cavagnari, o órgão se limitou a receber os pedidos, não emitindo nenhum documento garantindo a posse da terra aos produtores rurais.

Trabalhando juntos

Usinas entregam à Copel proposta para cogeração de energia

Por André Amorim



Todo setor sucroenergético do Paraná esteve representado no último dia 30 de outubro, em Maringá, durante o 1º Simpósio de Biomassa e Cogeração de Energia, promovido pelo Sistema FAEP, pela Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar), Copel e Governo do Estado.

Na ocasião, as entidades reafirmaram ao presidente da Copel Participações, Reinhold Stephanes, o compromisso com a cogeração de energia nas usinas sucroalcooleiras, através da queima da palha e do bagaço da cana-de-açúcar. A estratégia faz parte do Programa de Reativação do Setor Sucroenergético do Estado do Paraná, elaborado pelo Sistema FAEP e Alcopar, que, dentre outras medidas, prevê que a energia excedente gerada nas

usinas seja adicionado à rede de distribuição da Copel, gerando renda adicional e melhorando o fornecimento de energia nas regiões em que se encontram.

O evento, que reuniu 140 pessoas, teve uma programação direcionada ao setor agrícola na parte da manhã, com palestras voltadas ao manejo da palha no campo, e após o almoço, palestras voltadas à indústria, com temas ligados à geração de energia nas plantas.

Na ocasião, 17 usinas entregaram à Copel as consultas de acesso ao sistema de distribuição da companhia, onde cada usina formaliza a disposição de cogerar energia, informando qual a potência energética instalada e sugerindo uma subestação

da Copel na qual poderia ser conectada para aproveitar sua energia excedente.

Segundo Stephanes, esta é uma grande oportunidade para o desenvolvimento do Paraná, que não pode ser desperdiçada. “A Copel já tem equipe para auxiliar nesse processo, e conta com o reconhecimento político da importância da energia da biomassa para o Estado”, afirmou.

O Programa prevê um investimento da ordem de R\$ 4,5 bilhões, que será realizado pelo setor privado entre 2016 e 2018. Nesse período os canais serão recuperados e ampliados, e as empresas passarão por uma adequação tecnológica para que passem a produzir energia através da queima da biomassa.

Durante a abertura do evento, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette destacou a importância do BNDES e do governo do Estado no suporte às ações previstas no programa. “Daqui pra frente cabe às indústrias e à Copel tocar esse programa. A FAEP fez a sua parte”, afirmou.

Para o presidente da Alcopar, Miguel Tranin, a geração da energia a partir da biomassa será um novo produto das empresas, que hoje já produzem açúcar e etanol. Segundo ele, com a adesão de um número maior de unidades produtoras, o potencial de energia a ser exportado pode chegar a 3.335 GWh/ano até 2020. Isso equivale a mais de 30% da energia consumida atualmente no Paraná.

Também presente no evento, o secretário estadual de Planejamento, Sílvio Barros II, que destacou outra vantagem do programa. “As usinas terão

um incremento no faturamento que não será vinculado à instabilidade no preço das commodities”, afirmou, referindo-se ao açúcar, que enfrenta no dia a dia o sobe e desce dos preços no mercado internacional, e ao etanol, que é atrelado aos preços da gasolina. Seguindo ele, “é gratificante ver a evolução e uma ideia transformando-se em realidade”.



NOTA

Novembro Azul no SENAR Brasil

O SENAR nacional aderiu ao movimento Novembro Azul, que chama atenção para a realidade do câncer de próstata e a importância do diagnóstico precoce com campanhas de conscientização realizada durante todo o mês. É o momento de lembrar os homens e as mulheres – mães, esposas, filhas e irmãs – sobre os problemas de saúde, a importância dos cuidados e da prevenção de doenças essencialmente masculinas.

A campanha Novembro Azul foi criada em 2012 pelo Instituto Lado a Lado pela Vida e mobiliza municípios de todo o Brasil, colorindo cartões-postais de azul e levando mensagem de conscientização em apoio à ação. O SENAR firmou parceria com o Instituto Lado a Lado para disseminar em seus cursos os mais diversos materiais informativos na área de saúde, como cartilhas, folders e vídeos, em 2016.

Já em andamento em 2015, o programa “Saúde do Homem”, em parceria com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), implementou ações de promoção da saúde do homem com informações sobre prevenção, tratamento e cura do câncer, além da coleta de exames de sangue (PSA) e exames de toque.

A safrinha virou safrona

No verão, a cultura terá a menor área dos últimos 30 anos.
Demanda interna pelo grão está aquecida

Por André Amorim



O ano de 2015 se encaminha para o final e os produtores paranaenses já definiram qual será a cultura semeada no verão. Na maior parte das propriedades do Estado, essa eleição se dá entre a soja ou o milho.

Fruto dos bons preços obtidos no mercado internacional, a soja de verão vem sendo a preferência dos agricultores paranaenses. Trata-se de uma escolha que vem se intensificando nos últimos anos e que se acentua neste momento em que o preço da oleaginosa está turbinado pela alta do dólar. Para efeito de comparação, na safra 2008/09 a área ocupada pelo milho de verão no Paraná era de 1.271.822 hectares. Seis anos depois, na safra 2014/15, o cereal ocupava somente 542.310 ha, menos da metade da área inicial. Já no milho segunda safra (safrinha) observou-se o inverso, passou de 1.516.384 ha em 2008/09, para 1.924.854 ha em 2014/15, um aumento de 27%.

Na safra 2015/16 esse comportamento deve se repetir.

Segundo levantamento de outubro da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), o milho verão deverá ter redução de área entre 4,2% e 6,7% no Brasil, com queda na produção nacional entre 27,9 e 28,9 milhões de toneladas, uma redução entre 5,8% e 8,9% em relação à safra passada.

No Paraná, terceiro maior produtor de milho do Brasil, a previsão da Conab é que a redução na área seja mais acentuada, entre 15% e 18%. Com isso, a produção também deve ser menor, passando de 4,66 para 3,84 milhões de toneladas. A estimativa da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) é que o milho ocupe nessa primeira safra uma área de 437,3 mil ha, cujo plantio já está 88% concluído. A produção estimada casa com a da Conab, 3,8 milhões de toneladas.

Segundo o analista da cadeia do milho do Departamento de Economia Rural (Deral) da Seab, Edmar Gervásio, essa é a menor

área destinada ao milho verão dos últimos 30 anos. Porém, a análise da área total (verão mais safrinha) mostra um crescimento de 9,4% entre 1998 e 2015. Ou seja, a área destinada à segunda safra aumentou mais do que foi reduzida a área voltada à primeira safra. A safrinha virou “safrona”.

Outras consultorias estimam área de cerca de 650 mil ha para o milho de verão no Paraná e mais de 2 milhões ha para o milho safrinha em 2016.

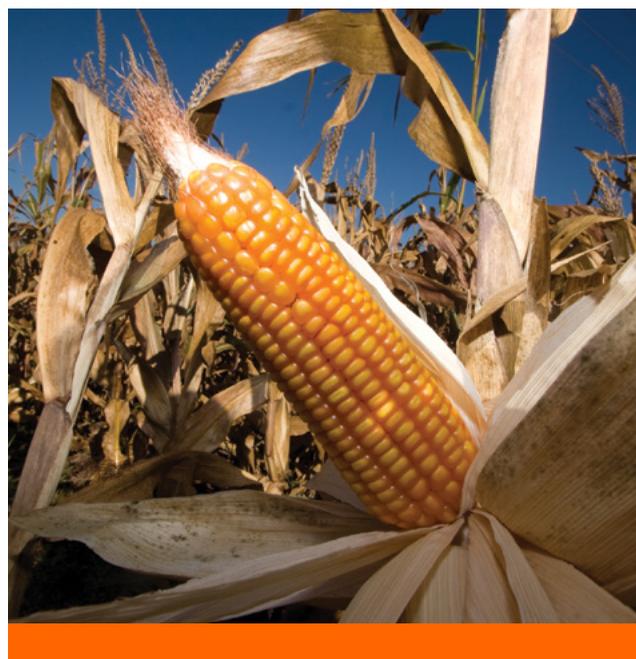
Demanda aquecida

Apesar das variações nas perspectivas, uma coisa é certa, a redução na área destinada ao milho verão ocorre na contramão da demanda. De acordo com a economista Tânia Moreira, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, a procura pelo cereal vem mostrando gradual crescimento, tanto no mercado interno quando no externo. Estimativas recentes apontam que as exportações devem representar 34% da produção nacional da safra 2014/15. Para a nova safra, a consultoria Agroconsult estima uma demanda de 32 milhões de toneladas para a exportação.

Segundo Tânia, na última safra o consumo interno representou 65% da produção nacional, devendo encerrar o ano com a marca de 56 milhões de toneladas. A maior destinação desse produto é a fabricação de ração para aves, suínos e pecuária leiteira em confinamento. A ajuda neste ano, do lado externo, vem do câmbio, com o dólar forte que torna os produtores americanos menos competitivos no mercado internacional, favorecendo o cereal brasileiro.

No Paraná, o milho tem destino certo, uma vez que o Estado é o maior produtor nacional de frangos e segundo maior de suínos. Além disso, nossos vizinhos têm grande demanda pelo cereal paranaense. Segundo o consultor Paulo Molinari, da consultoria Safras&Mercado, neste ano, entre 1 e 2 milhões de toneladas foram vendidos para outros Estados, principalmente, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O Deral estima que a indústria em geral consuma 2 milhões de toneladas de milho por ano. O consumo animal, em forma de ração,



é de 8,2 milhões de toneladas/ano, enquanto o consumo humano direto (milho verde, quirera, etc.) é de 340 mil toneladas.

No mercado internacional, segundo levantamento da Safras&Mercados, entre fevereiro e setembro de 2015 foram exportadas mais de 9,1 milhões de toneladas, sendo que os países que mais compraram o milho brasileiro foram Vietnã, Irã e Dinamarca.

Custo-benefício

Na opinião dos analistas, é fácil entender a preferência da soja como cultura de verão. A oleaginosa era vendida em agosto a uma média de R\$ 63,31, sendo que seu custo variável era de R\$ 31,46 no mesmo mês, de acordo com levantamento da Seab. Desta forma o produtor conseguiu obter com a soja uma margem de lucro de mais de 100%, enquanto que com o milho a margem é pouco superior a 14%.

ESTIMATIVAS DE OFERTA E DEMANDA DO USDA

MILHO - SAFRA 2015/16

	Produção		Demanda		Exportações		Estoque Final	
	set/15	out/15	set/15	out/15	set/15	out/15	set/15	out/15
Mundo	978,1	972,60	985,62	980,79	123,48	121,93	189,69	187,63
Estados Unidos	345,07	344,31	302,40	302,40	46,99	46,99	40,45	39,66
Brasil	79,00	80,00	59,00	59,00	24,00	25,00	15,17	15,17
Argentina	25,00	24,00	10,00	10,00	15,50	14,50	1,02	1,02
China	225,00	225,00	219,00	219,00	0,05	0,05	90,41	90,61

Fonte: USDA - Elaboração: Departamento Técnico e Econômico - FAEP (out/15)

PRODUÇÃO NACIONAL SAFRA VERÃO

		2014/15	2015/16	Variação
Brasil	Área (milhões ha)	6,23	5,89	(-4,2% a -6,7%)
	Produção (milhões ton)	30,70	28,40	(-5,8% a -8,9%)
Paraná	Área (mil ha)	542,31	443,90	(-18%)
	Produção (milhões ton)	4,66	3,84	(-18%)

Fonte: Conab e Seab - Elaboração: Departamento Técnico e Econômico - FAEP (out/15)

O custo variável de produção estimado pela Seab em agosto para o milho primeira safra era de R\$ 18,28. Dentre as despesas mais significativas da produção estão os defensivos agrícolas e as sementes. Na outra ponta, o preço médio mensal por saca do cereal no mesmo mês foi de R\$ 20,89 (em outubro era de R\$ 24,37).

Na análise de Edmar, do Deral, o perfil de produção muda muito entre a primeira safra e a safrinha de milho. “Hoje, o mercado do milho primeira safra é muito especializado, são produtores que provavelmente vão ter uma renda boa e uma produtividade acima da

média do Estado”, avalia. Esses produtores também produzem para nichos específicos na sua região, como a avicultura, por exemplo. Desta forma, muitas vezes a negociação é rentável, pois o frete é mínimo. “A primeira safra tem um destino mais interno, a segunda safra é mais comercial”, observa.

Na soja safrinha, como existem muito mais produtores envolvidos, muitos deles pouco especializados, a média da produtividade cai. Além disso, existem questões climáticas e de custos de insumos que favorecem a produção de verão. Na safra passada, por exemplo, o milho verão obteve uma produtividade de 8,7 mil quilos por hectare, enquanto o milho safrinha rendeu 5,5 mil quilos por hectare.

O preço do El Niño

Segundo Tânia Moreira, do DTE da FAEP, com exportações maiores e produção menor, cresce a atenção em relação ao clima, já que neste ano estamos sob os auspícios do fenômeno El Niño. Eventuais prejuízos provocados pelo clima na safra verão, ou atrasos no plantio do milho safrinha, poderiam influenciar as cotações do cereal no mercado internacional, elevando os preços.

Até o momento, segundo a Seab, não houve impacto significativo das chuvas, pelo menos para a cultura do milho.

Safrinha na dança da rotação de culturas



Plantio de soja sobre soja compromete o solo e fortalece pragas e doenças. Apesar da rentabilidade, apostar somente na cultura da soja pode ser uma armadilha para os produtores. Recentemente a discussão sobre o plantio de soja segunda safra, ou “soja safrinha”, gerou um alerta de diversos especialistas que atentaram para os riscos sanitários e de comprometimento de solo que a adoção de apenas uma cultura pode causar. Pragas, doenças, erosão e ausência de novos produtos de controle estão entre as consequências dessa prática.

Nesse e em outros casos semelhantes, a orientação da FAEP é

que deve ser observada a posição da ciência e da técnica. “Nunca nos arrependemos de ouvir a voz da ciência nestas questões”, pontua o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette.

Diversos especialistas das mais renomadas instituições, como Embrapa, Emater, Iapar dentre outras, se colocaram de forma contrária ao plantio de soja sobre soja. Dentre as consequências mais graves está a perda de eficiência dos fungicidas, tornando mais resistentes fungos nocivos – como, por exemplo, o causador da temida ferrugem asiática.

A prática também compromete a eficácia das tecnologias de controle de insetos dos produtos transgênicos, além de favorecer a ocorrência de outras pragas. “Quando você faz a rotação de culturas, você quebra o ciclo de vida das pragas”, observa o pesquisador Israel Pereira Filho, da Embrapa Milho e Sorgo. Segundo ele, o mesmo vale para as doenças que atacam as plantas.

Pensando nesta questão, o produtor Daniel Rosental, de Rolândia, decidiu que no próximo ano irá plantar milho na safra verão em parte da sua propriedade. “O pessoal está errado ao apostar em uma cultura só, como a soja”, avalia. Segundo ele, a rotação de culturas é importante para garantir a continuidade da produtividade da propriedade.

Além das questões sanitárias, a aposta na soja safrinha compromete a qualidade do solo manejado no sistema de plantio direto. Nessa prática a produção de palhada diminui, favorecendo a erosão do solo e o aparecimento de ervas daninhas, além de contribuir para a redução do nível de matéria orgânica do solo.

Recursos para o seguro

Em ofício, FAEP demanda apoio para o PSR do milho safrinha



O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enviou ao Ministério da Agricultura, à Secretaria de Política Agrícola, à Frente Parlamentar Agropecuária, ao Instituto Pensar Agro e aos deputados e senadores paranaenses o seguinte ofício, a respeito de programas com o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR):

“A FAEP tem recebido diversas reclamações de produtores rurais que estão impedidos de contratar financiamento para o custeio do plantio do milho safrinha 2016, que começa a ser plantado em janeiro, pois o Banco do Brasil está exigindo a contratação de seguro agrícola como garantia das operações.

Isso ocorre porque a Companhia Seguradora do Grupo do Banco do Brasil não pode ofertar o seguro com a subvenção ao prêmio, pois não há recurso disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Vale lembrar que a cultura é de alto risco e o prêmio cobrado do produtor para adquirir o seguro ultrapassa os 10% sobre a Importância Segurada, valor inviável ao produtor sem o apoio do programa.

Apenas os produtores que têm acesso ao Proagro estão obtendo o financiamento, mas o limite do Proagro é de apenas R\$ 300 mil, não condizente com a necessidade de cobertura de médios e grandes produtores, que utilizam valores superiores a esse. Logo, milhares de produtores estão impedidos de contratar o financiamento e não podem adquirir os insumos para o plantio.

O milho 2ª safra representa uma área próxima de 2 milhões de hectares no Paraná e uma produção de 11,3 milhões de toneladas, sendo fundamental componente de ração animal e com participação importante nas exportações brasileiras.

Vale lembrar que sobraram recursos da ordem de R\$ 15 milhões de um projeto experimental de Negociação Coletiva para a cultura da soja, que poderia ser destinado ao milho safrinha emergencialmente em novembro para resolver parte do problema.

Diante do exposto, solicitamos recursos da ordem de pelo menos R\$ 72 milhões para apoio ao seguro de milho de 2ª safra, valor igual ao liberado em 2014, pois a demanda é superior a este montante.”



Vacinação febre aftosa

No período de 1º a 30 de novembro os produtores rurais que têm bovinos e búfalos devem vacinar seus rebanhos, de qualquer idade, contra a febre aftosa. O alerta é a da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). O produtor rural adquire a vacina e é o responsável pela vacinação.

O coordenador da campanha na Adapar, Walter Ribeirette, lembra que os produtores devem também fazer a comprovação da vacinação junto à Agência. Essa confirmação pode ser feita em um dos 135 escritórios locais espalhados no Estado, ou, nos escritórios municipais de atendimento que funcionam junto às prefeituras. O produtor também pode fazer a comprovação via on-line, basta acessar o site: www.adapar.or.gov.br. Esse ano a Adapar estima que devam ser vacinados 9,150 milhões de cabeças em todo o Paraná.

JAA

Estudantes que participaram do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), oferecido pelo SENAR-PR em parceria com os sindicatos rurais foram aprovados e classificados no vestibular da Universidade Estadual de Maringá (UEM) 2015. A listagem foi encaminhada pela instrutora das turmas Simoni Alexandre.

Aprovados

Administração – Camila Ferreira Soligo – JAA Sarandi

Ciência econômica – Nívea Reis Moura – JAA Munhoz de Mello

Zootecnia – Amanda Marques Rufino – JAA Sarandi

Zootecnia – Joyce Cristina Paiva Francisco – JAA Sarandi

Em lista de espera

Agronomia – Carolina de Sousa – JAA Sarandi

Geografia – Cassiana D. Tottene – JAA Nossa Senhora das Graças

Geografia – José Venícius de Souza – JAA Ourizona

Zootecnia – Amanda dos Santos – JAA Munhoz de Mello

Zootecnia – Maria Fernanda Mulati – JAA Ourizona

O Programa JAA é dirigido a jovens que estejam cursando o ensino regular e tenham idade mínima de 14 anos. A carga horária varia de acordo com o módulo de 96 a 140 horas. Os participantes podem escolher entre sete módulos de acordo com a área que desejam atuar: bovinocultura leiteira; implantação e condução da fruticultura; mecanização agrícola; olerícolas; piscicultura; preparando para gestão e monitor de precisão na agricultura.

Cadeia do Leite



No próximo dia 11 de novembro, acontece no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná, uma audiência pública para instalação da Frente Parlamentar de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite. A iniciativa é do deputado estadual Wilmar Reichembach (PSC), que visitou no último dia 3/11 o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

O deputado Reichembach enalteceu o trabalho da instituição em prol dos produtores de leite, tanto em relação aos aspectos de dentro da porteira como qualificação da mão de obra e assistência técnica, como fora da porteira como infraestrutura e guerra fiscal.

O Sistema FAEP/SENAR será representando pelo consultor, Ronei Volpi, que fará palestra sobre as prioridades dos produtores de leite no Estado.

Projeto trata de preços mínimos

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou no final de outubro o Projeto de Lei nº 2628/15, do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que modifica a metodologia para a fixação dos preços mínimos de vendas de produtos agropecuários. A proposta estabelece que estes preços devem – obrigatoriamente – ser superiores ao custo operacional de produção, que envolve a soma do custo variável ao custo de depreciação de máquinas, equipamentos e benfeitorias necessários ao sistema produtivo.

A medida tramita em caráter terminativo na Câmara, o que significa que não precisa passar pelo plenário da Casa. Para ser aprovada, ela precisa ainda ser discutida nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Pecuária

Desde o início de setembro estão sendo realizados em todo o Paraná os seminários para a apresentação do Plano Integrado de Desenvolvimento de Bovinocultura de Corte do Paraná. O itinerário dos fóruns regionais começou em Paranavaí seguiu para Ponta Grossa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Umuarama, Cidade Gaúcha, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Maringá, Londrina, Ivaiporã e Pitanga. “Nesses municípios foram formados os comitês gestores e, em alguns deles, já começaram a cadastrar as propriedades e técnicos interessados em participar do programa”, destacou o engenheiro-agrônomo, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente da Comissão de Bovinocultura de Corte e coordenador do Comitê Gestor do plano.

Na avaliação do secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, as reuniões atraíram os produtores e têm um papel fundamental no fortalecimento da pecuária paranaense. As últimas reuniões foram realizadas em Ivaiporã e Pitanga, no dia 6 de novembro.

SEMINÁRIO MERCADO DE GRÃOS

Venha debater com especialistas as tendências do mercado de grãos



Londrina, 26 de novembro (quinta-feira) das 14h às 17h30

Auditório Milton Alcover - Parque de Exposições Governador Ney Braga
(Av. Tiradentes, nº 6275 – Jardim Rosicler)

PROGRAMAÇÃO

14h00	Abertura Narciso Pissinati (Presidente do Sindicato Rural de Londrina)
14h15	Custo de Produção Agrícola no Paraná Mauro Osaki (Pesquisador CEPEA/ESALQ/USP)
15h10	Técnicas de manejo de plantas daninhas: Buva e capim amargoso Dionísio Luiz Pisa Gazziero (Embrapa Soja)
15h50	Cenário e Perspectivas do mercado de grãos Paulo Roberto Molinari (Safras & Mercados)
16h45	Perguntas
17h30	Coffee break de encerramento

Público-alvo: produtores rurais, agrônomos, estudantes, profissionais de cooperativas, agroindústrias e bancos

ENTRADA FRANCA

Maiores informações:

Sindicato Rural de Londrina (43) 3374-0300 ou economico@faep.com.br

PROMOÇÃO



SISTEMA FAEP



Jacarezinho



Ficafé

Nos dias 14, 15 e 16 de outubro aconteceu em Jacarezinho a 8ª Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte do Paraná. Jovens do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), fizeram uma visita técnica ao evento. Estavam presentes alunos das cidades de Abatiá, Santa Amélia, Congonhinhas, Barra do Jacaré, Ribeirão do Pinhal. Eles assistiram a palestra sobre Sucessão Familiar na Propriedade Cafeeira. Os alunos foram acompanhados pelos instrutores Bianca Choeire e Lidiane Braga

Ivaiporã



Manejo e ordenha

O Sindicato Rural de Ivaiporã com extensões de base nos municípios de Jardim Alegre, Ariranha do Ivaí e Arapuã realizou, em parceria com a Cooperativa C.Vale, no dia 15 de setembro, o curso de Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha. O curso aconteceu na propriedade do produtor José Jamil Bortotti em Jardim Alegre com 10 participantes e a instrutora Luciene Mota Moreira.

Teixeira Soares



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Teixeira Soares concluiu no dia 28 de setembro mais uma turma do curso Mulher Atual na localidade de Rio D'Areia de Baixo. Participaram 18 produtoras rurais com a instrutora Caren Kelli Jenczmionki.

Bituruna



Adubação

O Sindicato Rural de Bituruna realizou, no dia 18 de setembro, o curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais - erva-mate / adubação, tratos culturais e podas. Participaram 15 produtores de erva-mate com o instrutor Luiz Carniel.

Nova Londrina



Empreendedor

Os alunos do Programa Empreendedor Rural de Nova Londrina e a instrutora Juçana Farina, participaram no dia 18 de setembro do seminário regional de apresentação do Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte. O evento aconteceu em Paranavaí. A organização da turma do PER foi feita em parceria entre sindicato rural e a Copagra.

Cianorte



Gestão de Pessoas

Nos dias 20 e 21 de agosto o Sindicato Rural de Cianorte realizou o curso de Gestão de Pessoas – Técnicas de Apresentação. Participaram 18 produtores e famílias rurais com o instrutor Francisco José Bochi.

São João



JAA

No dia 25 de setembro as duas turmas - São João e a de Vila Paraíso - do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) fizeram uma visita técnica ao Colégio Estadual de Educação Profissional Assis Brasil de Clevelândia. A instrutora Vandressa Michele Mackievicz acompanhou o grupo.

São Mateus do Sul



Roçadeira

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria com os empresários Luiz Adyr e João Carlos Perreira, nos dias 23 e 24 de setembro, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Roçadeiras - roçadeira profissional. Participaram oito trabalhadores rurais com o instrutor Emerson Massoqueto Batista.

Perdeu, mas ganhou

No sistema eleitoral dos Estados Unidos, os eleitores vão às urnas para escolher os representantes locais que votarão em uma eleição indireta, na qual é escolhido o presidente da república. Esse método permite que ocorram distorções, como a eleição de candidatos que não foram os mais votados pelo eleitor comum. Isso ocorreu quatro vezes na história americana. Os desprezados nas urnas, mas escolhidos pelos engravatados foram John Quincy Adams, em 1824; Rutherford B. Hayes, em 1876; Benjamin Harrison, em 1888; e George W. Bush, em 2000.



Cabelo de milho



Você sabia que há um município batizado em homenagem ao milho?

Segundo escreve o historiador João Carlos Vicente Ferreira em seu “Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes”, o nome da cidade de Abatiá se refere aos “filamentos ruivos e esbranquiçados que envolvem a espiga de milho por baixo da palha”. Ou seja, os “cabelos” do milho.

Devolve!

Em 1966 o presidente Castello Branco leu nos jornais que seu irmão, funcionário com cargo na Receita Federal, ganhara um carro Aero-Willys, em agradecimento dos colegas funcionários pela ajuda que dera na lei que organizava a carreira.

O presidente Castello Branco telefonou mandando que ele devolvesse o carro..

O irmão argumentou que se devolvesse ficaria desmoralizado em seu cargo.

O presidente Castello Branco interrompeu-o dizendo: — Meu irmão, afastado do cargo você já está. Estou decidindo agora se você vai preso ou não.



Sentimento antigo



“Não tenho mais nenhuma esperança no futuro do nosso país se a juventude de hoje tomar o poder amanhã, porque essa juventude é insuportável, desenfreada, simplesmente horrível.” Você pode concordar com a frase acima e achar que ela retrata a juventude de hoje em dia. A questão é que ela foi escrita a 720 a.C. pelo poeta grego Hesíodo – o que nos mostra que conflito de gerações não é algo novo e que podemos, sim, manter a esperança numa geração melhor!

Animais no espaço

Laika, a cadelinha vira-latas colocada em órbita pela União Soviética, em 1957, tornou-se o mais célebre animal astronauta, mas o fato é que os animais têm sido parte importante na conquista do espaço. Os soviéticos mandaram pelo menos 57 cães ao espaço – a maioria sobreviveu, ao contrário do que aconteceu com a mártir Laika. Além deles foram enviados macacos, camundongos, ratos, borboletas, porquinhos da Índia, caramujos, minhocas, aranhas, peixes e moscas de diversos tipos, além de uma grande variedade de plantas e fungos. Em 2007 a barata Nadezhda (que significa “Esperança” em russo) foi o primeiro ser vivo a dar cria no espaço. Seus 33 filhotes nasceram e cresceram saudáveis.





Levando no bico

O leitor Márcio Oliveira Apolinário enviou foto tirada pelo seu filho Gabriel no município de Porto Rico, mostrando um tucano com uma carga preciosa no bico: um ovo!

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br



Que frio!

Quem mora em Curitiba e no Sul do Paraná costuma reclamar do frio – ou se orgulhar dele, dependendo do gosto de cada um. Mas fica até difícil imaginar como deve ser a vida em Oymyakon, na região russa da Yakutia, tida como a cidade mais fria do planeta. A menor temperatura já registrada por lá foi de -71° C, em 1924. De lá para cá, o frio não deu trégua: no inverno, temperaturas abaixo de -50° C são comuns. O verão dura pouco, mas é surpreendentemente quente: não é raro fazer mais de 30° C.



Formigas espertas

Ao lado da velha Marabá, no Pará, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, foi construída a Nova Marabá, cidade planejada, que ficou embaixo d'água na primeira enchente. Salvaram-se as habitações rústicas, quase improvisadas da população tradicional e pobre. Explicaram esses moradores que era fácil prever até onde a enchente anual ia chegar. Bastava observar um tipo de formiga que faz sua toca e seu ninho na barranca do rio. Quando as formigas começam a mudar de lugar, levando os ovos, vão fazer o novo ninho num lugar acima de onde será o ponto de enchente.



Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o que um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

(João Cabral de Mello Neto)

O MELHOR REMÉDIO



Era uma vez um homem que foi diagnosticado com uma doença chamada Espondilite Anquilosante. Esta doença causa inflamação das articulações entre os ossos da coluna vertebral e nas articulações entre a coluna e a pelve. Em longo prazo, esta doença provoca a união dos ossos da coluna. Um dos sintomas da Espondilite Anquilosante é a intensa dor – que se torna ainda mais intensa à noite.

Esse homem, porém, gostava de estudar emoções humanas – e acreditava que esta era a chave para a cura de diversas doenças. Ele optou por começar um tratamento alternativo, contra a vontade de seus médicos. Este tratamento era baseado em muita Vitamina C e também em riso, muito riso. Isso mesmo! Durante a noite, quando as dores se intensificavam, ele assistia a filmes de comédia (principalmente dos irmãos Marx) e ria intensamente. Após 10 minutos de muito riso, ele sentia alívio das dores.

Parece mais uma história de ficção com final feliz, não é mesmo? Mas saiba que está é uma história real! O protagonista se chamava Norman Cousins [escritor e professor americano, morto em 1980], e foi este tratamento inusitado que provocou o início de uma série de estudos relacionados aos benefícios do riso para a saúde.

Sabe o que esses estudos concluíram?

Rir libera endorfina. Este hormônio é o responsável pelo alívio das dores que Norman Cousins sentia. Além de seu efeito anestésico, ele é um ótimo aliado no combate à depressão, ansiedade e estresse.

Rir combate as rugas. Quando uma pessoa sorri, ela movimenta 12 músculos faciais. Ao gargalhar, 24. Ao conversar e gargalhar ao mesmo tempo, essa pessoa movimenta 84 músculos! Trabalhar tantos músculos evita a flacidez e o aparecimento de rugas.

Rir melhora a digestão. Quem nunca riu tanto, ao ponto de ficar com o abdômen dolorido? Isso acontece porque você estimula os músculos desta região quando gargalha. Este estímulo massageia o sistema gastrointestinal, auxiliando a digestão.

(Extraído do site da revista Seleções)

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br